

Universidade Federal do Rio de Janeiro



# Instituto de Economia Industrial

TEXTO PARA DISCUSSÃO

Nº 3

"A NECESSIDADE DA HISTÓRIA DO  
PENSAMENTO ECONÔMICO"

*Ricardo Tolipan*

1982



430033680



## A NECESSIDADE DA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Ricardo Tolipan\*

"All is But Toys" Macbeth

O estudo da história de uma ciência é talvez a única de suas disciplinas que enfrenta permanentemente o problema epistemológico de sua necessidade. Este obstáculo, se não se exprime diretamente como crítica à existência desta disciplina, aparece na forma de uma má-vontade difusa com relação a seu estudo e na deformação da noção de passado teórico que compõe seu programa oficial.

Uma ciência se organiza como um complexo de regiões de conhecimento a partir de um núcleo teórico que lhe garante a consistência, a finalidade, o sentido geral e sua hierarquia de estruturação. Cada uma de suas regiões particulares encontra sua finalidade a partir deste núcleo central; sua raison d'être tem caráter externo, relativo. Cada parte remete ao núcleo central da ciência a questão de sua necessidade.

É certo que este sistema de regiões evolui no sentido de que redefine sua organização ou de que cancela e inclui regiões. O objeto de qualquer ciência é então um fenômeno elástico seja do ponto de vista de sua abrangência seja do ponto de vista de sua estrutura interna. Esta elasticidade constitui, a meu ver, o caráter específico da historicidade de uma ciência. Ela deveria fundar portanto o objeto de estudo da História do Pensamento Científico para cada ciência em particular. Assim a História do Pensamento extrairia sua necessidade também das características do núcleo central: ela se encarregaria de analisar a lógica de sua plasticidade. Quase

---

\* Da FEA e IEI/UFRJ

nunca este estudo é entendido assim e gostaria de examinar brevemente o sentido que comumente se atribui à noção de História do Pensamento Científico e que constitui um obstáculo ao estudo acima definido.

Disse que a elasticidade do campo de uma ciência se caracteriza tanto por mudanças na sua estrutura interna quanto por mudanças na sua abrangência. A primeira destas formas de mudança é mais difícil de ser analisada pois corresponde, em geral, a crises do fundamento da ciência e tem forma aparente mais próxima à da paralisia, isto é, de relativa dificuldade na produção científica que de dinamismo. Trata-se de um movimento em suas "*linhas internas*" que dá a impressão de imobilidade. De todo modo as forças que instauram e tendem a superar esta situação são da mesma natureza das que estão presentes na segunda forma de mudanças, apenas lá elas são mais visíveis.

O segundo destes movimentos que podemos chamar de dinamismo imperialista de uma ciência depende em geral de dois gêneros de impulsos. De um lado, da maior ou menor vontade e potência de integrar a seu objeto regiões do conhecimento, já dadas mas ainda mal definidas do ponto de vista científico, ou mal integradas ao corpo de outra ciência. Trata-se portanto de um impulso que visa questionar o estado atual da divisão intelectual do saber, da fronteira conhecida do saber. Põe-se aqui um problema de "*diplomacia de expansão*" que afeta o domínio de outras ciências; o próprio sistema da vizinhança pode estar em questão neste caso.

Este primeiro gênero de impulso encontra em geral três tipos de territórios sobre os quais pode avançar. Em primeiro lugar, o senso comum, isto é, o âmbito de represen-



tações do real que se encontra difuso e desorganizado pela moral dominante mas onde está presente a vontade do conhecimento sob a forma da curiosidade diletante ou da apreensão técnica e simbólica do mundo. E inegável a importância que teve e tem para sistemas de classificação das espécies a atitude do "coleccionador", assim como para o desenvolvimento da mecânica racional a reflexão espontânea do artesanão.

Em segundo lugar, a filosofia, que submete o mundo a questões muito mais gerais e profundas que as que pode colocar o pensamento científico e que por sua extrema imaginação e rigor abre caminho na proposta de novas regiões que podem vir a ser capturadas pela ciência. É costume aliás pensar-se que em geral as ciências têm todas uma pré-história filosófica que prepara seu campo.

Finalmente, regiões do saber que se estruturaram em torno a núcleos científicos que se apresentam dinamicamente fracos, isto é, núcleos de ciência que perderam seu vigor interno e por isto não controlam mais suas regiões ou cujo vigor interno é relativamente mais fraco que a que está em expansão. Um exemplo espetacular disto é o retratamento da noção de universo pela física moderna. Realmente enquanto a física foi presidida pela mecânica ou, se preferirem, pela geometria euclideana, a noção de universo era ainda própria de uma astronomia de caráter "geográfico" e os limites entre a física e esta última bem definidos. A "análise do céu" era ainda dominada, mesmo no pensamento científico, pela idéia de paisagem. Sua concepção científica é, hoje, inteiramente abstrata e matemática e a astronomia foi invadida em seu núcleo teórico pela física. A física e sua aliada lôgica, a matemática, são aliás, desde Kant, mas decididamente a partir do final do século passado, exemplo típico do que estamos chamando de dinamismo imperialista no âmbito das ciências naturais.



Um outro gênero de impulso que condiciona o dinamismo plástico de uma ciência no que diz respeito à sua expansão é o vigor imaginativo de seu núcleo central. Quero dizer que uma ciência pode criar regiões novas do seu saber problematizando seu objeto, pondo-se novas questões ou reorientando as velhas.

O estímulo dinâmico que representa a imaginação teórica depende, a meu ver, basicamente do grau em que se exerce a crítica interna de uma ciência, isto é, do grau em que os cientistas não acreditam na sua ciência como prática generalizada de produção do conhecimento. No plano metodológico isto depende do grau de liberdade crítica com que o ciêntista encara o paradigma, ou melhor, o dogma teórico de sua ciência.

Aqui me aproximo do que interessa discutir. Ocorre que o pensamento científico é um discurso com vocação de verdade e que percebe esta com um sentido finalista, isto é, a cada instante já finalizado. É Nietzsche quem percebe em profundidade que a ciência é um ramo da explicação teológica do mundo (uma das expressões da inclinação socrático-cristã pela verdade). A ciência é portanto um discurso que tem a forte tendência de se exprimir como resultado e não como processo. É com grande desconfiança que cada situação atual deste discurso aceita olhar seu passado. Isto por que, por mais que o exorcize pensando que ele é a série de erros que culmina na sua verdade, há sempre a percepção de que esta é a pretensão em qualquer ponto da série. Tal percepção obriga a relativizar o presente. Por isto, a história do pensamento de qualquer ciência é tratada como o apêndice incômodo que precisa ser neutralizado.

Qual a estratégia dogmática de sua neutralização? O que faz com seu passado um discurso que se apresenta



ao mundo como resultado? Esta estratégia apóia-se, a meu ver, em duas manobras.

Em primeiro lugar, conta-se o passado da ciência depois desta se apresentar como verdade. Ou seja diacroniza-se o "passado" através um efeito de retórica de modo a criar uma ilusão retrospectiva. O passado deixa de ter qualquer função lógica ativa na apresentação da ciência para ser apenas pano de fundo inverídico de uma verdade atual. Neste caso a História do pensamento deve coroar a divulgação da ciência. Como tal se faz o elogio hipócrito desta disciplina por que, por mais que ela seja a portadora da coroa da erudição e cultura, ela não deixa de ser inútil ao se constituir como relato conclusivo de "erros passados".

O erro é tratado neste contexto solenemente como o longo sacrifício superado pelo gênio. E aqui aflora o segundo estratagema. O passado é equacionado ao enfrentamento entre o erro-sacrifício e o gênio-revelação. Um conjunto de intuições geniais supera, aos poucos, o erro que é a base sobre a qual se constrói a verdade. Atualmente isto cessou, ou seja, não há mais erro e gênio; eles foram substituídos pela verdade. Erro e gênio são figuras do passado e se encerram com ele.

Um efeito importante disto é autorizar a alocução do discurso científico por uma única voz. Isto é, criticar a teoria do gênio importa menos pelo que ela tem de idealizante quanto ao processo de produção de conhecimento mas porque faz do discurso científico a fala de um único locutor verdadeiro a cada momento.

A pretensão autoritária aqui implicada tem reforço nos mitos corolários da seriedade e objetividade científicas. A seriedade é o traço propriamente vulgar e burgûes na mitolo

gia oficial; sua incapacidade de prazer, sua vontade ressentida de sofrimento, sua visão técnica do trabalho. Quanto a objetividade não foram poucos os pensadores que perceberam que *"toda objetividade é buxa"* .

Ora, o processo do conhecimento não é este. A verdade não é nunca esta luz no fim do túnel que espera pacientemente a chegada do saber humano. O erro não é a mera expressão da natureza temporal deste saber, isto é, de que o processo do conhecimento não é instantâneo. Se fosse assim, o erro não seria elemento constitutivo do saber mas apenas a pontuação de um processo teleológico que *"toma tempo"*

A representação oficial do processo de conhecimento reconhece de forma idealizada a existência de elementos que efetivamente fazem parte deste processo. Apenas o gênio não é a mera intuição individual e sua força não se explica ao nível biográfico. O gênio é um momento de uma pluralidade de proposta assim como o erro não é a resistência individualizada à verdade. O erro por seu lado, também é uma pluralidade de propostas positivas de interpretação do real. O que realmente se passa é que ganha o argumento mais forte e esta vitória, como em toda batalha, supõe todo tipo de alianças, traições, mentiras, desequilíbrios, conciliações, etc. É, aliás, por isto que se pode falar de uma sociologia ou de uma política da cidade científica, porque o regime do saber não se reduz a uma relação com a verdade, mas, ao contrário, como já advertia Humpty Dumpty, é sobretudo uma relação de poder.

O jogo do conhecimento é basicamente um jogo de convencimento, trata-se de uma batalha por persuadir e/ou dissuadir.



A Hipótese da verdade como resultado é apenas o paroxismo da vontade de persuasão; sua forma histórica. Contra ele não há antídoto a não ser no ceticismo radical, isto é na insistência sobre o caráter lúdico da verdade e de que se trata a todo momento de pôr o jogo em movimento, de não permitir que ele se estagne pela manobra dogmática e pela locução autoritária. A história do pensamento deve ser, a meu ver, o lugar do combate irônico contra estes dois princípios reativos do discurso científico.

Ao nível do conteúdo, por desenvolver uma crítica do modo específico de construção de uma ciência particular, isto é, ao propor como seu método a arqueologia de um saber particular pode esta disciplina insinuar o caráter mistificador da pretensão à verdade. Ao nível do estilo, ao abordar com ceticismo irônico a sintaxe do discurso científico particular que está tratando, pode esta disciplina insinuar o caráter plural e conflituoso do processo de conhecimento.

Em suma, a história do Pensamento pode e deve ser o lugar de manifestação do princípio dionisíaco que se opõe à vontade apolínea de conformar um resultado e que está na raiz da verdade. Sua função transcende aliás os limites do mero saber; um conhecimento humano finalmente satirizado pode ser um poderoso aliado na neutralização do "esprit de *Sérieux*" homicida que domina hoje as regras de quase todos os jogos.

Ora bem, se o que foi dito faz sentido, vejamos como aplicar isto ao nosso mundinho particular de economistas. Aqui também, e talvez até com mais força, age a vontade dogmática do conhecimento e também aqui estamos tratando de um caso exemplar de discurso imperialista, desta vez nas "ciências sociais".



O economista Alain Wolfelspergen diz, numa introdução elogiosa ao Catecismo de Economia Política de J. B. Say, a propósito da vontade de reinterrogar os clássicos da Economia Política: "Assim, a nostalgia científica e, desde logo, uma confissão de impotência e de vaidade insatisfeita. Quanto menos uma ciência é segura de si, nos dizem às vezes, mais ela se compraz em interrogar sua história, cada vez mais ela tende mesmo a se confundir com sua história. Mas é realmente a ciência que se põe assim a duvidar dela mesma ou algum dos que a praticam? O ceticismo de certos economistas sobre sua disciplina não será mais o reflexo da inaptitude destes que da esterilidade daquela? Quando não se é gênio e não nos conformamos com isto, podemos sempre tentar apropriar o dos outros buscando fora [em outra disciplina] ou na história do pensamento".<sup>(1)</sup> A prêdica em favor de uma rígida divisão do saber, da boa consciência do economista moderno e da necesidade do gênio é que soam profundamente anacrônicas hoje. Citamos extensamente um obscuro pensador porque ele tem a vantagem de exprimir corretamente o que chamamos de interpretação oficial da história do pensamento.

Wolfelspergen é o típico representante de um discurso que sob a capa de objetividade quer o resultado acima de tudo. A necessidade de segurança e tranquilidade o torna maledicente com relação à vontade de recuperar o que de dinâmico e profundo há em outros discursos. Estes "outros disursos" passam a ser aquilo que o presente oficial definiu a partir de barreiras intransponíveis; o raciocínio clássico e as intuições de outros campos do conhecimento. Esta xenofobia teórica, diga-se de passagem, é reflexo normal de toda ciência imperialista.

Mas voltemos com nosso autor ao ponto: "Quanto aos físicos comuns, perfeitamente conscientes das insuficiências dos resultados obtidos até aqui, não perdem seu tempo

(1) Wolfelspergen, A. "Introduction au Catechisme de Jean-Baptiste Say" in Catechisme d'Economie Politique. Paris, Repères - Mame, 1972, pag. 8.



com velhos livros, eles se contentam em procurar melhorar al gumas peças do patrimônio e ficam satisfeitos se conseguem. Nossos economistas nostálgicos não têm esta simplicidade da alma que no entanto já deu provas de sua eficácia". (2) Na ausên cia do gênio (figura do passado), o culto correlativo da can dura e mediocridade (figuras do presente). O gênio do passa do está atualizado na autoridade da ciência, resta como prá tica eficaz a docilidade disciplinada. Na verdade exprime-se assim a idéia de que a pequena mania obsessiva é a força que move o conhecimento na ausência da intuição genial.

Mas quem acha erroneamente que o gênio é feito de som, furia e revelação é nosso pensador oficial. O gênio, ao contrário, é o produto de um longo e persistente acúmulo de forças coletivas que enfrentam a ação positiva da autorida de. O espetáculo de genialidade é apenas o momento em que o exercício da imaginação enfraquece o dogma. Mas se as forças que produziram o gênio agiram muito tempo surdamente foi porque agiram num mundo tranquilizado pela autoridade e não foi porque não existiram. Ora, o movimento e a ação des tas forças constituem precisamente o quadro que se quer recu perar pelo estudo da História do Pensamento.

O movimento da imaginação teórica é sempre ina tual, isto é, não pode ser posto em nenhuma linha de sucessão temporal. Toda crise do conhecimento documenta isto ao atua lizar todos os momentos de construção deste. Nega-se assim a tranquila marcha para o futuro e desautoriza-se qualquer no ção de passado. Assim é mero recurso retórico quando se men ciona, no caso da economia política, o atual "retorno aos clás cos". Não se está fazendo referência a nenhum recuo teóri co no tempo mas a uma mudança de estilo e método de análise do capitalismo que foi realmente, primeiro e com excelência, aplicado pelos clássicos.

---

(2) op.cit., pag. 8.



A divulgação acadêmica da História do Pensamento Econômico é então, quando não simplesmente evitada, reduzida à celebração póstuma do gênio, isto é, descrição eclética e pontificante das circunstâncias que acompanham e "explicam" o surgimento das idéias; seu relato histórico. Isto tem uma curiosa consequência prática, o relato enciclopédico da origem das idéias exige, como qualidade fundamental de quem o pratica, a erudição. Ora esta é também fruto de um processo que "toma tempo", daí ser o economista-velho, o professor ideal desta cadeira. Realmente ele teve tempo para erudição, nada mais natural que se "especialize" no passado. Além disto sua erudição é um "algo mais inessencial" que pode agora ser aproveitado enquanto tal. O economista jovem não tem este direito pois a vida intelectual ativa deve estar dedicada não à ruminação do passado mas à confecção animada de algum detalhe do futuro na base segura das especializações presentes. É apenas ao final (mito retropectivo) de uma vida produtiva que se ganha o direito ao "relato histórico".

O que é fundamental aqui é que se exclui a possibilidade, seja no economista novo ou no velho, de uma atividade produtiva no âmbito da História do Pensamento: Este é outro engano da visão oficial. A História do Pensamento não deve ser a câmara mortuária em que se incensa o mito finalista da ciência. Ao contrário, ela deve ser o estímulo acadêmico à imaginação teórica e à crítica irônica do dogma e deve para isto analisar o modo de construção da ciência. Isto, é claro, obriga a pensar o que foi pensado. Aliás, o novo no mundo das idéias é raras vezes mais que um comentário atual do velho.

Sobre que então pode discorrer esta disciplina quando se escapa à tentação do relato histórico? Em que uma vida intelectual produtiva pode encontrar nela estímulo e alimento? Gostaria de encerrar estes comentários com duas



ligeiras sugestões sobre como tratar esta questão dentro do espírito que estou propondo. Serão duas observações; uma sobre o método, outra sobre a substância desta disciplina.

O que se pode entender pelo nome complicado de arqueologia irônica? O primeiro indica realmente a necessidade de tomar os discursos econômicos fora de sua "série temporal", isto é, sincronizá-lo e despersonalizá-los. É também o entendimento de que toda obra é o conjunto de suas interpretações e que o recorte analítico que interessa é o que permite a maior densidade interpretativa. Ou seja, importa analisar a "obra enigmática", a que envolve maior conflito de análise. A obra bem-comportada, simplória, mediana deve ser evitada, a menos que seja para problematizá-la se ela é o índice do dogma. Uma arqueologia assim entendida é um guia radical do gosto teórico.

Por irônico, quer-se referir o fato de que no trabalho das interpretações deve existir sempre o cuidado de não "dar razão", isto é, de impedir a constituição do binômio verdade-erro. Estamos todos errados neste vale de lágrimas e o engraçado é que só não nos convencemos disto. A ironia tem a vantagem de que, se não pode dissolver diretamente o dogma (este é o trabalho crítico da arqueologia), ela ataca melifluamente a raiz da atitude do conhecimento e expõe a mã-cons ciência da verdade. Por fim, apesar de ter caráter intermediário, relativo, não positivo, a ironia é a expressão de uma vontade de "desordem" que não é absolutamente neutra.

Quanto ao material de estudo, este é evidentemente rico e abundante. O risco é sempre, certamente, o de complacência, isto é, o perigo de anestesia na contemplação estéril dos monumentos teóricos. É preciso ter em mente, firme e permanente, o objetivo desejado. Abordar o pensamento



econômico com o firme propósito de descontraí-lo não para a tingir uma simples psicologia da invenção ou para compor uma sociologia deste pensamento mas para chegar à lógica de sua montagem e ao sistema interno de suas intensões.

Já disse que este não é o bom lugar para o tratamento do método e objeto da história do pensamento econômico, vou, apenas sugerir uma classificação de artefatos teóricos que poderiam servir de pretexto para a consecução de tal objetivo.

Um primeiro tipo de objeto é o que mais comumente se apresenta como científico, isto é, o que melhor se conforma à representação da ciência como produção não-ambígua de explicações. Este é, por assim dizer, o resultado por excelência do método científico. A ciência econômica opera também produzindo objetos deste tipo. Dos mais bem elaborados e que por várias circunstâncias sô recentemente ganhou foros de paradigma é a teoria do equilíbrio geral. A análise de sua lógica, dos diversos momentos que levaram a sua consolidação, do modo porque operou, uma vez constituída, é parte integrante do estudo proposto.

Um segundo tipo de construção típica do pensamento econômico é de caráter basicamente crítico. Seu modo de construção e exposição não corresponde a uma "estilização" direta do real sem referência a outros objetos teóricos mas, ao contrário, pressupõe uma sistemática negação de sistemas previamente existentes. Isto é diferente de uma relação crítica de caráter externo e global como é o caso do marginalismo com relação a seus antecedentes, ou de caráter pontual e local como a crítica de Keynes à teoria neoclássica. Deste tipo é, sem dúvida, a teoria do valor de Marx ou o sistema de contradições econômicas de Proudhon. Sua análise deve caber no campo desta disciplina.



Finalmente, um tipo mais raro de construção cor responde diretamente ao que estamos denominando arqueologia irônica. Penso que o pensamento econômico pode se orgulhar de ter produzido um artefato deste tipo. Ele se aproxima, no método à "demonstração por absurdo", apenas nele não há propriamente teorema positivo a ser demonstrado. Nele existe a penas a demonstração cabal da inconsistência dos objetos dogmáticos existentes. Este é o caso do sistema presente em *Produção de Mercadorias por meio de Mercadorias* de Piero Sraffa e seu estudo deve ser contemplado nesta disciplina.